

STJ00115747

DANIEL OCTÁVIO SILVA MARINHO
MARCO AURÉLIO VENTURA PEIXOTO
COORDENADORES

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

**ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS DA
LEI Nº 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021**

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



Improbidade Administrativa: aspectos materiais e processuais da Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021. / Coordenadores: Daniel Octávio Silva Marinho, Marco Aurélio Ventura Peixoto. – Londrina, PR: Thoth, 2023.

677 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-5959-408-5

1. Direito Público. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Processual. 4. Acesso à Justiça. I. Marinho, Daniel Octávio Silva. II. Peixoto, Marco Aurélio Ventura.

CDD 341.3

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Administrativo : 341.3

1229333

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

COORDENADORES	7
AUTORES	9
APRESENTAÇÃO	21
PREFÁCIO	23

CAPÍTULO 1

Antônio Pereira Gaio Júnior

José Roberto Mello Porto

BREVES APONTAMENTOS DE DIREITO INTERTEMPORAL, LEGITIMIDADE, TUTELA PROVISÓRIA E INDISPONIBILIDADE DE BENS NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PÓS LEI Nº 14.230/2021	45
Introdução.....	46
1 A Lei nº 14.230/21 e o direito intertemporal.....	48
2 Legitimidade na lei de improbidade administrativa	52
2.1 Breve esboço	52
2.2 Legitimidade Ativa nas Ações de Improbidade Administrativa	53
3 Tutela provisória e a indisponibilidade patrimonial.....	56
3.1 Noções gerais e requisitos	56
3.2 A indisponibilidade de bens.....	58
Conclusão	60
Referências	60

CAPÍTULO 2

Carla Teresa Bonfadini de Sá

Bruno de Sá Barcelos Cavaco

REFLEXÕES ACERCA DA EFETIVIDADE DA TUTELA COLETIVA DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA, À LUZ DAS MODIFICAÇÕES OPERADAS PELA LEI Nº 14.230/2021: AVANÇO OU RETROCESSO? ..63	
Introdução.....	63
1 Da natureza da ação de improbidade administrativa.....	65
1.1 Ação coletiva ou ação de direito administrativo sancionador? Um diálogo com Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr.....	65
2 Da remoção dos óbices à plena efetividade da ação civil pública de improbidade	

administrativa.....	69
2.1 Efetividade advinda da adequação entre processo e direito material.....	69
2.2 Irretroatividade da Lei nº 14.230/21 e impossibilidade de a prescrição se transmutar em instrumento de impunidade.....	74
2.2.1 Prescrição Intercorrente e sua faceta inconstitucional.....	76
2.3 Da inconstitucionalidade da restrição da legitimidade para o ajuizamento da ação de improbidade: violação do acesso à justiça, do preceituado nos arts. 129 e 37, § 4º da Constituição da República.....	82
3 Dos instrumentos de controle do exercício abusivo da ação de improbidade.....	87
3.1 Das novas exigências na descrição dos tipos de improbidade.....	87
3.2 Do interesse processual: uma releitura necessária, a partir da análise econômica do direito e da incorporação da boa-fé como filtro a obstar o exercício abusivo do direito de ação.....	88
3.2.1 Da óptica utilitarista revigorada a partir da Análise Econômica do Direito.....	88
3.2.2 Da boa-fé como integrante do interesse processual.....	92
3.3 Da justa causa como condição para o legítimo exercício do direito da ação de improbidade.....	93
Conclusão.....	93
Referências.....	95

CAPÍTULO 3

Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho

ATUAÇÃO ILÍCITA NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTO E CONCESSÃO IRREGULAR DE BENEFÍCIO FISCAL COMO ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	99
Introdução.....	99
1 Os atos de improbidade administrativa.....	100
2 Atuação ilícita na arrecadação de tributo.....	103
2.1 “Tributo”.....	103
2.2 “Agir ilicitamente”.....	105
3 Concessão irregular de benefício fiscal.....	108
3.1 Benefícios e incentivos.....	108
3.2 Benefícios fiscais e financeiros.....	110
3.3 Inobservância de formalidades legais ou regulamentares.....	110
4 Efeitos do ato de improbidade que lesa o erário.....	114
Conclusão.....	115
Referências.....	115

CAPÍTULO 4

Carolina Uzeda

Vinícius André Zimmermann

A RELEVÂNCIA DA QUESTÃO DE DIREITO FEDERAL NO RECURSO

ESPECIAL DE AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: O RECURSO DO CONDENADO.....	119
Introdução.....	119
1 Contexto da inserção do “filtro da relevância” para os recursos especiais ...	121
2 O exame da relevância da questão de direito federal, a partir da emenda constitucional nº 125/2022: requisitos e questões de direito intertemporal....	123
3 A interpretação do art. 105, § 3º, ii, da constituição.....	126
3.1 Recurso Especial do condenado: relevância presumida.....	128
3.2 Recurso Especial do Autor: necessidade de demonstração dos requisitos, à luz do § 2º do art. 105 da Constituição.....	131
Conclusão.....	132
Referências.....	134

CAPÍTULO 5

César Caúla

Aldem Johnston Barbosa Araújo

A NOVA REDAÇÃO DO ART. 11 DA LEI N° 8.429/1992 E O FIM DA CONFIGURAÇÃO DE ATO ÍMPROBO POR MERO DESCUMPRIMENTO DE PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM AVANÇO NECESSÁRIO.....	137
Introdução.....	137
1 A tipicidade no âmbito do direito administrativo sancionador.....	139
2 O desrespeito à tipicidade no antigo modelo adotado pela lei de improbidade administrativa.....	145
3 A adequada correção de rumos empreendida pela nova lia: o acerto da <i>abolitio improbittatis</i> no artigo 11.....	149
4 A <i>abolitio improbittatis</i> trazida pelas alterações do texto da lia retroage?	151
Conclusão.....	158
Referências.....	159

CAPÍTULO 6

Daniel Octávio Silva Marinho

Thiago Calandrini de Oliveira dos Anjos

DA INAPLICABILIDADE DOS INSTITUTOS DE PROCESSO COLETIVO AOS PROCESSOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA À LUZ DA LEI N° 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.....	163
Introdução.....	163
1 Da improbidade administrativa e do direito administrativo sancionador.....	164
1.1 Da improbidade Administrativa e do breve histórico legislativo.....	164
1.2 Do Direito Administrativo Sancionador.....	166
1.2.1 Breve histórico.....	166
1.2.2 Ilícito Administrativo.....	167
1.2.3 Sanção administrativa.....	168

2 Das garantias do direito administrativo sancionador	168
2.1 Do devido processo legal	168
2.2 Do caso <i>Engel and Others v. The Netherlands</i> julgado pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH). Da possibilidade de extensão das garantias penais aos processos de natureza não penal	170
2.3 Qual a natureza jurídica das sanções da ação de improbidade administrativa?	172
3 Da ação de improbidade como parte integrante do microsistema coletivo sob a vigência anterior da lei nº 14.230/21	174
3.1 Breve Histórico	174
3.2 Microsistema Processual Coletivo	175
3.3 Do Princípio da máxima efetividade do processo coletivo e do princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo. Da busca pela efetividade da tutela coletiva	176
3.4 Da aplicabilidade da remessa necessária à improbidade administrativa sob a vigência anterior da Lei nº 14.230/21	177
3.5 Do princípio da Precaução e da possibilidade da inversão do ônus da prova em ação de improbidade administrativa sob a vigência anterior da Lei nº 14.230/21	178
4 Mudança legislativa: da inaplicabilidade dos institutos jurídicos de ações coletivas às ações de improbidade sob a vigência da lei nº 14.230/21	180
4.1 Da impossibilidade de se caracterizar as ações de improbidade como ação civil pública	180
4.2 Do contexto fático antes da edição da Lei nº 14.230/21	182
4.3 Da reação legislativa e da aplicabilidade expressa do direito administrativo sancionador	183
4.4 Da superação legislativa: da inaplicabilidade da Remessa Necessária e da necessidade de comprovação da urgência para a decretação de Indisponibilidade dos bens	184
Conclusão	186
Referências	186

CAPÍTULO 7

Danyelle Galvão

Sarah Merçon-Vargas

O INTERROGATÓRIO DO RÉU NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	191
Introdução	191
1 Contraditório, ampla defesa e interrogatório	194
2 Regime jurídico processual na ação de improbidade administrativa	199
3 Depoimento pessoal (artigo 385, CPC) x interrogatório	201
3.1 Comparecimento do réu para esclarecimento dos fatos (artigo 139, VIII, CPC) x interrogatório	202
3.2 Inaplicabilidade do CPC ao interrogatório do réu	203

3.3 Interrogatório na Lei de Improbidade Administrativa	203
Conclusão	208
Referências	209

CAPÍTULO 8

Darci Guimarães Ribeiro

Guilherme Christen Möller

O PROCESSO CIVIL NA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	213
Introdução.....	214
1 Sobre a ação de improbidade administrativa, a contestação, o indeferimento da petição inicial e a réplica.....	215
2 Nulidade da decisão, conversão da ação de improbidade administrativa em ação civil pública, garantias do réu, prescrição e custas	219
3 Critérios, efeitos e particularidades da sentença que julga a ação de improbidade administrativa, da sua liquidação e seu cumprimento.....	221
4 Pedido de indisponibilidade de bens do réu e sua procedimentalização.....	222
5 Do acordo de não persecução civil (art. 17-b).....	224
Conclusão	225
Referências	226

CAPÍTULO 9

Frederico Augusto Leopoldino Koehler

Silvano José Gomes Flumignan

O REGIME DE PRESCRIÇÃO NA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	229
Introdução.....	229
1 A previsão de prescrição principal.....	230
2 Suspensão da fluência da prescrição principal.....	233
3 A prescrição intercorrente na nova lei.....	233
4 Suspensão da prescrição intercorrente	235
7 Análise da aplicação imediata do novo regime de prescrição e o tema 1199/STF.....	238
Conclusão	242
Referências	243

CAPÍTULO 10

Gustavo Osna

AINDA (E SEMPRE) A NATUREZA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: MAIS DO QUE NUNCA, O TEMA IMPORTA	245
Introdução.....	245
1 Entre premissas e conclusões: a natureza da ação de improbidade.....	246
1.1 A Conceituação da “Improbidade” e sua Disputada Natureza: Breves	

Notas.....	246
1.2 A Natureza da Improbidade e os “Microsistemas”	251
1.3 A Importância da Fixação: Três Exemplos Pontuais.....	254
Conclusão.....	258
Referências	258

CAPÍTULO 11

Marco Félix Jobim

Hannah Pereira Alff

A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL..... 261

Introdução..... 261

1 Aspectos gerais da lei de improbidade administrativa..... 262

2 Sobre o acordo de não persecução cível na lei de improbidade administrativa. 269

3 A necessária distinção entre o acordo de não persecução cível e a colaboração premiada..... 274

Conclusão..... 276

Referências

CAPÍTULO 12

Humberto Dalla Bernardina de Pinho

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL NA NOVA SISTEMÁTICA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: EXAME DAS ALTERAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 14.230/21 À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... 283

Introdução..... 283

1 Evolução legislativa

2 Peculiaridades do acordo em matéria de improbidade administrativa..... 288

3 Inovações introduzidas pela lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021 na sistemática do acordo de não persecução cível

Conclusão..... 302

Referências

CAPÍTULO 13

Ivson Coêlho

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E OS TRIBUNAIS DE CONTAS: ANALISANDO AS ALTERAÇÕES ADVINDAS DA LEI Nº 14.230/21 . 305

Introdução..... 305

1 Da improbidade administrativa

2 Principais alterações promovidas pela lei nº 14.230/21

3 O papel do tribunal de contas e a lei de improbidade

Conclusão..... 316

Referências	317
-------------------	-----

CAPÍTULO 14

Jéssica Galvão

Marco Aurélio Ventura Peixoto

Renata Cortez Vieira Peixoto

DA ADJUDICAÇÃO AO CONSENSO: ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL E OS LIMITES DA ATUAÇÃO JUDICIAL	319
---	-----

Introdução	319
------------------	-----

1 Justiça consensual no ordenamento jurídico brasileiro e na tutela da moralidade administrativa.....	322
---	-----

2 Procedimento do acordo de não Persecução Cível	327
--	-----

3 Decisão homologatória e limites à atuação judicial	329
--	-----

Conclusão	333
-----------------	-----

Referências	334
-------------------	-----

CAPÍTULO 15

José Henrique Mouta Araújo

Weber Luiz de Oliveira

A LEGITIMIDADE PROCESSUAL AMPLA E RESTRITA NA “NOVA” LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: AVANÇO OU RETROCESSO?.....	337
--	-----

Introdução.....	337
-----------------	-----

1 A pretensão estatal e a responsabilização por atos de improbidade administrativa.....	338
---	-----

2 Legitimidade para a causa, condição da ação ou requisito de admissibilidade da demanda que se concretiza em razão do direito material	342
---	-----

3 Natureza jurídica da ação de improbidade administrativa e competências constitucionais do ministério público.....	345
---	-----

4 Liminares concedidas nas ações 7.042 e 7.043 – fundamentos para a inconstitucionalidade da restrição da legitimidade para a propositura da ação de improbidade	348
--	-----

Conclusão	349
-----------------	-----

Referências	350
-------------------	-----

CAPÍTULO 16

Lucas Grangeiro Bonifácio

ADEQUAÇÃO NORMATIVA DO ATO ÍMPROBO NOS TIPOS PREVISTOS NA LEI Nº 8.429/92: ALTERAÇÕES DA LEI Nº 14.230/2021.....	353
--	-----

Introdução.....	353
-----------------	-----

1 O tipo de improbidade como norma sancionadora em branco: adequação da estrutura normativa da lei nº 8.429/92 aos princípios da legalidade e da tipicidade.....	354
--	-----

2 Superveniência da lei nº 14.230/2021 e necessidade de complementos normativos à lei de improbidade administrativa	361
3 Princípio da tipicidade e procedimento de adequação típica do ato de improbidade administrativa	363
Conclusão	366
Referências	367

CAPÍTULO 17

Luciana Ferreira Moreno

Ricardo Levy Martins

OS REQUISITOS DA TUTELA CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS NA LEI Nº 8.429/92 APÓS AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/21	369
Introdução.....	369
1 O desenvolvimento jurisprudencial da lei nº 8.429/92 e a possibilidade de superação da jurisprudência pelo legislador.....	370
2 Breves comentários sobre as tutelas provisórias no direito brasileiro	375
3 O regime das cautelares na lei nº 8.429/92 e a jurisprudência do STJ.....	378
4 A reforma da Lei nº 14.230/21	381
Conclusão.....	384
Referências	386

CAPÍTULO 18

Luis Henrique Braga Madalena

Caio Augusto Nazário de Souza

Lucas Sipioni Furtado de Medeiros

SENTENÇA JUDICIAL E A NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: COMENTÁRIOS GERAIS AOS ARTIGOS 17-C, 17-D, 18 e 18-A.....	389
Introdução.....	390
1 Os arts. 17-C e 18-A e os parâmetros decisórios da sentença	390
1.1 A incidência do § 1º do art. 489 do Código de Processo Civil.....	390
1.2 A Exigência de fundamentação específica (inc. i do art. 17-C)	392
1.3 A necessidade de se considerar as consequências práticas da decisão e a realidade do agente (incs. ii e iii do art. 17-C).....	393
1.4 Instruções para a dosimetria da pena (inc. iv do art. 17-C)	396
1.5 A cumulação de penalidades (inc. v do art. 17-c e art. 18-A)	397
1.6 A condenação de terceiros (inc. vi do art. 17-C)	398
1.7 A condenação por afronta a princípios (inc. vii do art. 17-C)	399
1.8 Disposições complementares (§§ 1º, 2º e 3º do art. 17-c).....	399
2 A natureza da ação de improbidade (art. 17-d)	400
3 Cumprimento de sentença (art. 18).....	401
Conclusão.....	402

Referências	403
-------------------	-----

CAPÍTULO 19

Marcello Terto e Silva

Leonardo Peter da Silva

AINCONSTITUCIONALIDADE DO MONOPÓLIO DA LEGITIMIDADE ATIVA PARA AS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PROVENIENTE DA LEI N° 14.230/2021.....	405
Introdução.....	405
1 A probidade e seus fundamentos constitucionais.....	407
2 A força material da constituição da república em matéria de improbidade..	410
2.1 Doutrina e jurisprudência assentam a força normativa da Constituição ...	410
2.2 Atuação institucional plural no enfrentamento à improbidade	413
2.3 Dados estatísticos que reforçam a importância da atuação plúrima em matéria de improbidade.....	415
2.4 Um debate sobre a organização jurídico-constitucional do combate à improbidade administrativa através dos acordos de não persecução civil e a indisponibilidade do controle judicial da probidade.....	419
3 OSTF e a questão da pluralidade de competência em matéria de improbidade.	423
Conclusão.....	425
Referências	426

CAPÍTULO 20

Marcelo José Magalhães Bonizzi

Daniel Colnago Rodrigues

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA À LUZ DAS RECENTES ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI N° 14.230 DE 2021.....	429
Introdução.....	429
1 A curiosa possibilidade de intervir no processo proposto pelo ministério público	430
2 A relevância da fazenda pública na hipótese de consensualidade.....	432
3 Legitimidade ativa na ação de improbidade administrativa e o papel da fazenda pública.....	433
4 Legitimidade ativa, pretensão ressarcitória e o problema da prescrição.....	434
5 A “intimação” da pessoa jurídica para intervir no processo de improbidade.	436
6 A natureza punitiva da ação de improbidade e a posição da fazenda pública: seria a pessoa jurídica uma espécie de “assistente de acusação” do MP?.....	437
7 A sobrevivência da “intervenção móvel” da fazenda pública no processo de improbidade administrativa	438
8 Nota conclusiva: sugestão de <i>lege lata</i> e de <i>lege ferenda</i>	440
Referências	440

CAPÍTULO 21**Marcelo Mazzola****Rafael Carvalho Rezende Oliveira****SANÇÕES PREMIAIS E ● ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL** 441

Introdução.....	442
1 Considerações gerais sobre as sanções premiais.....	442
2 Aspectos contemporâneos das sanções premiais	443
2.1 Críticas à expressão sanção premial.....	445
2.2 As sanções premiais no plano legal e na seara jurisprudencial	446
3 Acordo de não persecução civil (ANPC).....	452
3.1 A consensualidade no Direito Administrativo Sancionador e o ANPC....	452
3.2 ● regime jurídico do ANPC na LIA após a reforma da Lei nº 14.230/2021.455	
4 A efetiva aplicação das sanções premiais no acordo de não persecução civil: algumas possibilidades.....	459
Conclusão	462
Referências	463

CAPÍTULO 22**Marco Aurélio Lima Choy****AS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI Nº 14.230 DE 2021 E A
SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS**..... 469

Introdução.....	469
1 Improbidade administrativa	470
2 Improbidade administrativa e a lei nº 14230 de 2021	475
3 Direitos políticos e a nova lei de improbidade.....	478
Conclusão	485
Referências	487

CAPÍTULO 23**Mariany de Souza Manga****APROTEÇÃO POSSESSÓRIA NO CONTEXTO DA LEI Nº 14.230/2021** 489

Introdução.....	489
1 Atos de improbidade administrativa relativos a bens imóveis que importam enriquecimento ilícito	490
2 Atos de improbidade administrativa relativos a bens imóveis que causam prejuízo ao erário	491
3 ● sistema defensivo da posse	492
4 A proteção possessória de bens públicos.....	495
Conclusão	498
Referências	499

CAPÍTULO 24**Mario Vitor M. Auferio**

EVOLUÇÃO PROCESSUAL DA MEDIDA DE INDISPONIBILIDADE DE BENS EM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	503
Introdução.....	503
1 Considerações sobre as tutelas provisórias no código de processo civil.....	504
2 Notas sobre a indisponibilidade de bens.....	506
3 Síntese histórica da decretação de indisponibilidade de bens em improbidade administrativa no direito brasileiro.....	507
4 Nova sistemática de decretação de indisponibilidade de bens em improbidade administrativa conforme lei n° 14.320/21.....	511
5 Direito intertemporal	515
Conclusão	516
Referências	517

CAPÍTULO 25**Newton Pereira Ramos Neto****Marcio Sá Araújo**

LEI N° 14.230/2021 E ANÁLISE DOS OBSTÁCULOS CONCRETOS DO ADMINISTRADOR PÚBLICO NA DECISÃO DE RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO DE IMPROBIDADE.....	519
Introdução.....	519
1 Segurança jurídica do administrador público na seara da responsabilização por improbidade administrativa	522
2 Evolução histórica sobre a disciplina normativa acerca do juízo de admissibilidade das ações de improbidade.....	528
3 Abuso do direito de ação e critério abstrato de aferição de indícios do dolo do administrador público na decisão de recebimento da petição inicial da ação de improbidade	533
Conclusão.....	537
Referências	538

CAPÍTULO 26**Priscila Leal Seifert Viana****Fernando Gama de Miranda Netto**

O TEMPO E A (IM) PROBIDADE: ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A SISTEMÁTICA DA PRESCRIÇÃO INAUGURADA PELA LEI N° 14.230/2021	541
Introdução.....	541
1 Pretérito imperfeito	542
2 Presente: polêmica realidade	545
2.1 Prazo único e mudança do termo inicial.....	546
2.2 Ausência de remissão à Lei n° 8.112/90 e silêncio quanto à hipótese em que	

a conduta improba também é considerada crime	546
2.3 Hipótese de suspensão do prazo prescricional.....	547
2.4 Hipóteses de interrupção do prazo prescricional.....	548
2.5 Prescrição intercorrente.....	548
3 Futuro	552
Conclusão.....	555
Referências	556

CAPÍTULO 27

Raniere Rocha Lins

Vanir Fridriczewski

OS ASPECTOS CONTROVERTIDOS DO REGIME PRESCRICIONAL INTRODUZIDO PELA LEI Nº 14.230, DE 2021.....

Introdução.....	559
1 Prescrição material e sua aplicação intertemporal	561
1.1 Causa suspensiva do prazo prescricional	564
2 Prescrição intercorrente.....	567
3 (In)aplicabilidade das garantias penais ao regime punitivo da lei de improbidade administrativa.....	571
Conclusão.....	572
Referências	573

CAPÍTULO 28

Rodrigo Mazzei

Tiago Figueiredo Gonçalves

A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO SUCESSOR, DO HERDEIRO E DA SOCIEDADE SUCESSORA DIANTE DE CONDENAÇÃO POR ATO ÍMPROBO

Introdução.....	575
1 A classificação legal das condutas tipificadas como ímprobas, e as sanções imputáveis aos agentes praticantes de atos ímprobos	576
2 A responsabilidade patrimonial do herdeiro e do sucessor.....	579
3 A responsabilidade patrimonial da sociedade no caso de transformação, incorporação, fusão e cisão societária.....	590
Conclusão.....	593
Referências	593

CAPÍTULO 29

Tháís Marçal

Caio Macêdo

REGULAMENTAÇÃO DE ACORDOS EM AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Introdução.....	597
-----------------	-----

1 Regulamentação dos acordos de não persecução civil (art. 17-b da LIA)	600
2 Reflexões sobre a regulamentação dos acordos de não persecução civil.....	601
Conclusão.....	603
Referências	605

CAPÍTULO 30

Thiago Marrara

ATOS DE IMPROBIDADE: COMO A LEI Nº 14.230/2021 MODIFICOU OS TIPOS INFRATIVOS DA LIA?	607
Introdução.....	607
1 Atos de improbidade: características comuns	609
2 Modificações na improbidade por enriquecimento ilícito.....	611
3 Modificações na improbidade por dano ao erário.....	613
4 Modificações na improbidade por violação de princípios.....	614
5 A taxatividade do art. 11 e suas espécies infrativas.....	616
Conclusão.....	619
Referências	620

CAPÍTULO 31

Trícia Navarro Xavier Cabral

Liliane Emerick Nunes

JUSTIÇA MULTIPORTAS NO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	623
Introdução.....	623
1 Consensualidade e interesse público.....	624
3 Evolução da autocomposição na improbidade administrativa	626
4 A consensualidade na Lei de improbidade administrativa.....	631
5 Admissão de outras modalidades de autocomposição em matéria de improbidade administrativa	634
6 Improbidade administrativa e Processo Civil.....	636
Conclusão.....	637
Referências	638

CAPÍTULO 32

Vitor Fonsêca

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: O QUE DEVEMOS APRENDER COM OS	641
DIREITOS HUMANOS	641
Introdução.....	641
1 Presunção de inocência.....	642
2 Conteúdo da presunção de inocência no âmbito dos Direitos Humanos	643
3 Aplicação da presunção de inocência ao Processo Civil.....	644
3.1 Processo civil posterior ao processo penal e sobre os mesmos fatos	646

3.2 Processo administrativo disciplinar.....	649
3.3 Processo administrativo	654
3.4 Comissões parlamentares de inquérito.....	655
3.5 Presunções legais	655
3.6 Declarações perante a opinião pública	656
Conclusão.....	659
Referências	660

CAPÍTULO 33

William Soares Pugliese

Vitor Gabriel Kleinert

A TEXTURA ABERTA DO DIREITO E O PAPEL DO TEXTO DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	665
Introdução.....	665
1 O debate sobre a retroatividade das alterações da lei da improbidade administrativa.....	666
2 Interpretação, textura aberta do direito e o papel do texto da lei	671
3 O imprescindível respeito ao texto constitucional	674
Conclusão.....	675
Referências	676